



## TERMO DE REFERÊNCIA

**1.1.** Contratação de serviços de controle de pragas em geral (desinsetização, desratização, entre outros vetores); serviços de limpeza de caixas d'água; serviços, sob demanda, de descupinização; remoção de colmeias (de abelhas, vespas e marimbondos) e de afastamentos de pombos, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações detalhadas no presente Termo de Referência.

LOTE 1 – POLO 1 – CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL							
Item	Descrição	Unid. de medida	Quant.	Frequência	Qtde total	Valor máximo aceitável unitário	Valor máximo aceitável TOTAL
1	Controle de pragas em geral (dedetização e desratização) SIASG 3.417	m²	45.595	5 (cinco) vezes	227.975	R\$ 2,00	R\$ 455.950,00
2	Limpeza de caixas d'água SIASG 13.595	Un. (Entenda-se unidade como sendo Litro)	233.500	3 (três) vezes	700.500	R\$ 0,23	R\$ 161.115,00
3	Remoção de colmeias de abelhas, vespas, marimbondos SIASG 3.417	Un.	70	Sob demanda	70	R\$ 650,00	R\$ 45.500,00
4	Afastamentos de pombos SIASG 20.699	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro)	1.600	Sob demanda	1.600	R\$ 15,00	R\$ 24.000,00
5	Descupinização SIASG 20.680	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro quadrado)	5.000	Sob demanda	5.000	R\$ 4,50	R\$ 22.500,00
Valor total do lote							R\$ 709.065,00

LOTE 2 – POLO 2 – GUARAPUAVA E REGIÃO							
Item	Descrição	Unid. de medida	Quant.	Frequência	Qtidade total	Valor máximo aceitável UNITÁRIO	Valor máximo aceitável TOTAL
6	Controle de pragas em geral (dedetização e desratização) SIASG 3.417	m²	6.711	5 (cinco) vezes	33.555	R\$ 2,50	R\$ 83.887,50
7	Remoção de colmeias de abelhas, vespas, marimbondos SIASG 3.417	Un.	25	Sob demanda	25	R\$ 440,00	R\$ 11.000,00
8	Afastamentos de pombos SIASG 20.699	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro)	500	Sob demanda	500	R\$ 12,50	R\$ 6.250,00
9	Descupinização SIASG 20.680	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro quadrado)	1.000	Sob demanda	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
Valor total do lote							R\$ 105.637,50

LOTE 3 – POLO 3 – CASCAVEL E REGIÃO							
Item	Descrição	Unid. de medida	Quant.	Frequência	Qtidade total	Valor máximo aceitável UNITÁRIO	Valor máximo aceitável TOTAL
10	Controle de pragas em geral (dedetização e desratização) SIASG 3.417	m²	11.200	5 (cinco) vezes	56.000	R\$ 2,50	R\$ 140.000,00
11	Remoção de colmeias de abelhas, vespas, marimbondos SIASG 3.417	Un.	30	Sob demanda	30	R\$ 440,00	R\$ 13.200,00
12	Afastamentos de pombos SIASG 20.699	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro)	300	Sob demanda	300	R\$ 12,50	R\$ 3.750,00
13	Descupinização SIASG 20.680	Un. (Entenda-se unidade)	1.000	Sob demanda	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00

		como sendo metro quadrado)					
Valor total do lote							R\$ 161.450,00

LOTE 4 – POLO 4 – MARINGÁ E REGIÃO							
Item	Descrição	Unid. de medida	Quant.	Frequência	Qtade total	Valor máximo aceitável UNITÁRIO	Valor máximo aceitável TOTAL
14	Controle de pragas em geral (dedetização e desratização) SIASG 3.417	m²	10.582	5 (cinco) vezes	52.910	R\$ 2,40	R\$ 126.984,00
15	Remoção de colmeias de abelhas, vespas, marimbondos SIASG 3.417	Un.	30	Sob demanda	30	R\$ 440,00	R\$ 13.200,00
16	Afastamentos de pombos SIASG 20.699	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro)	300	Sob demanda	300	R\$ 12,50	R\$ 3.750,00
17	Descupinização SIASG 20.680	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro quadrado)	1.000	Sob demanda	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
Valor total do lote							R\$ 148.434,00

LOTE 5 – POLO 5 – LONDRINA E REGIÃO							
Item	Descrição	Unid. de medida	Quant.	Frequência	Qtade total	Valor máximo aceitável UNITÁRIO	Valor máximo aceitável TOTAL
18	Controle de pragas em geral (dedetização e desratização) SIASG 3.417	m²	10.940	5 (cinco) vezes	54.700	R\$ 2,40	R\$ 131.280,00
19	Remoção de colmeias de abelhas, vespas, marimbondos SIASG 3.417	Un.	30	Sob demanda	30	R\$ 440,00	R\$ 13.200,00
20	Afastamentos de pombos	Un.	300	Sob demanda	300	R\$ 12,50	R\$ 3.750,00

	SIASG 20.699	(Entenda-se unidade como sendo metro)					
21	Descupinização SIASG 20.680	Un. (Entenda-se unidade como sendo metro quadrado)	1000	Sob demanda	1000	R\$ 4,50	R\$ 4.500,00
Valor total do lote							R\$ 152.730,00

1.1.2. Os serviços serão realizados nos imóveis utilizados pelo TRE-PR, sejam imóveis próprios, cedidos ou alugados, localizados na sede e nas cidades do interior do Estado do Paraná, sendo que a manutenção de limpeza de caixas d'água será realizada na capital, na região metropolitana e no litoral.

1.1.3. As Tabelas Descritivas dos Polos, onde constam os Fóruns Eleitorais que pertencem àquele Polo, seu endereço, metragem e número de pavimentos, está no Anexo II.

1.1.3.1. Serão 5 (cinco) Polos no Estado do Paraná, sendo que cada polo corresponde a um lote, sequencialmente.

## 1.2. Especificações técnicas dos serviços:

1.2.1. Itens 1, 6, 10, 14 e 18: controle de pragas em geral, incluindo dedetização, desratização, ou outro controle de vetores necessários, realizados de forma **semestral**, e serão executados cinco vezes durante a vigência contratual de trinta meses.

1.2.1.1. Para os serviços de desinsetização contra pragas, baratas, mosca, traças, percevejos, aranhas, formigas, larvas de mosquitos, escorpiões, e outros insetos rasteiros deverão ser utilizados inseticidas de acordo com a Lei 7.802/1989, regulamentada através do Decreto 4.074/2002, desodorizados, na forma líquida, em spray, iscas, em pó ou gel, conforme cada caso, seguindo a seguinte metodologia;

- a) pulverização em todas as caixas sépticas da área externa incluindo as garagens;
- b) pulverização em todos os ralos dos sanitários e das copas;
- c) pulverização nos rodapés externos e internos das paredes do Fórum Eleitoral;
- d) pulverização em todas as áreas comuns e de circulação;

e) aplicação de inseticida a base de gel nos locais estratégicos de maior concentração e passagem das baratas, tais como locais dentro de armários, e onde for necessários. A aplicação deve usar métodos que assegurem a eficiência do procedimento.

1.2.1.2. Para os serviços de desratização, seguir a seguinte metodologia:

a) Colocação de cochos com raticidas nas áreas externas de todos os prédios da Justiça Eleitoral, inclusive seus anexos, nas áreas internas, nos pavimentos térreos e mezanino, incluindo a garagem e pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;

b) A Contratada deverá disponibilizar os comedouros nas áreas externas dos prédios, e havendo necessidade na área interna, levando-se em consideração a metragem dos imóveis conforme, Anexo II;

c) A contratada deverá informar nos comedouros a data da aplicação e o nome do produto depositado, com avisos de alerta de acidentes em caso de intoxicação do produto.

1.2.2. Item 2: limpeza de caixas d'água e cisterna, realizado de forma **anual**, e serão realizados 3 vezes durante a vigência contratual de trinta meses, seguindo os seguintes procedimentos:

a) fechar a saída da caixa com um tampão ou pano, tomando o cuidado de reservar um palmo de água na caixa;

b) Quando a caixa estiver com a quantidade mínima indicada fechar a saída e utilizar a água que restou para a limpeza da caixa e para que a sujeira não desça pelo cano;

c) Esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia, ou esponja. Nunca usar sabão, detergente ou outros produtos semelhantes;

d) Retirar através de bomba de imersão a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos, deixando a caixa totalmente limpa;

e) Encher a caixa d'água e acrescentar 1 (um) litro de hipoclorito de sódio a 2,5% para cada 1.000 (mil) litros de água; Na falta de hipoclorito de sódio a 2,5%, poderá ser utilizada água sanitária que contenha apenas o hipoclorito de sódio (NaClO) e água (H<sub>2</sub>O);

f) Lavar a tampa da caixa com água corrente, colocando-a novamente no lugar;

g) Trocar o filtro (tela de nylon) na saída do cano extravasor ou cano ladrão, que geralmente está localizado no lado exterior do telhado.

1.2.3. Itens 3, 7, 11, 15 e 19: remoção de colmeias de abelhas, vespas e marimbondos, conforme a necessidade, realizados **sob demanda**, devendo seguir os seguintes procedimentos:

a) para maior segurança o trabalho de remoção deverá ser realizado no anoitecer, quando as vespas/abelhas estão recolhidas no seu ninho;

b) Deverá ser realizado com vestimenta adequada de apicultor, roupas densas com mangas compridas, luvas e máscara de apicultor para proteção;

c) Dada a sua importância no ecossistema os ninhos deverão ser retirados (cortados), ensacados e descartados na natureza, de modo que possam contribuir no processo de polinização na natureza.

1.2.4. Itens 4, 8, 12, 16 e 20: afastamento de pombos, conforme a necessidade, realizados **sob demanda**.

a) Deverá ser utilizado o método de afastamento por barreira física, que baseia-se na utilização de telas, fechamento das aberturas por onde as aves adentram, com alvenaria ou outro material resistente;

b) colocação de fios de nylon (de pesca) a aproximadamente 10 cm da base e presos nas extremidades por um prego;

c) uso de pontas de arame em locais altos onde não haja acesso de pessoas;

d) mudança do ângulo de inclinação da superfície de apoio das aves para 60 graus e/ou utilizar produto repelente em gel;

1.2.5. Itens 5, 9, 13, 17 e 21: descupinização, conforme a necessidade, realizados **sob demanda**, adotando o seguinte procedimento:

a) Tratamento contra cupins e brocas através de pulverização,

b) injeção de calda de cupinícida à base de solvente orgânico, barreiramento químico e aplicação de pó químico nos locais onde haja infestação e cupins.

1.2.6. A Contratada poderá utilizar outro método não descrito nas especificações acima, desde que comprovada sua eficácia e previamente informado e autorizado pelo fiscal do contrato.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. **Enquadramento da contratação para fins de vigência:** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como contínuos, visto que atenderão à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.5. **Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. **Do local e horário de entrega**

1.6.1. Relativamente ao Polo 1, os serviços deverão ser prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e seus anexos, no Fórum Eleitoral da Capital e seus anexos, inclusive no Depósito de Urnas, todos em Curitiba, bem como nos Fóruns Eleitorais da região metropolitana, litoral e demais municípios que compõem esse Polo, conforme relação constante do Anexo II.

1.6.2. Nos Polos 2, 3, 4 e 5, os serviços serão realizados nas sedes dos Fóruns Eleitorais do interior, conforme relação constante do Anexo II.

1.6.3. Nas cidades integrantes do Polo 1, serão executados **anualmente** os serviços do item 2 (limpeza de caixas d'água e cisterna), conforme detalhamento no item 1.2.1.

- 1.6.3.1. A quantidade de caixas d'água, litragem e endereços dos Fóruns Eleitorais constam no Anexo III.
- 1.6.4. Os serviços serão realizados preferencialmente no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Administração Predial - SAPRE, em relação à **Sede do Tribunal e ao Fórum da capital**, através do e-mail [sapre@tre-pr.jus.br](mailto:sapre@tre-pr.jus.br).
- 1.6.5. O agendamento, em relação aos **Fóruns do interior e litoral**, deverá se dar diretamente em cada unidade eleitoral, beneficiária dos serviços, conforme Anexo II.
- 1.6.6. Para a execução dos serviços, a contratada receberá uma autorização da gestão do contrato para o início da execução.
- 1.6.7. Os serviços anuais e semestrais serão agendados e executados imediatamente após o início da contratação.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)**

- 2.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se na necessidade de controle de vetores e pragas, de forma a garantir um ambiente salubre para todos os usuários da Justiça Eleitoral, principalmente para as pessoas que exercem suas atividades laborais rotineiramente nos prédios deste órgão.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

### **3.1. Das obrigações da contratada**

- 3.1.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada manter-se em compatibilidade com todas as exigências, condições de habilitação e requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos até o adimplemento total da contratação.
- 3.1.2. A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 3.1.3. Para a execução dos serviços e o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, a contratada deverá utilizar mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios na qualidade e quantidade mínimas necessárias.
- 3.1.4. A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.5. A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de quaisquer ônus como encargos sociais, despesas de fretes, mão de obra, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.
- 3.1.6. Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por

conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o contratante.

- 3.1.7. É de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais perante seus empregados, não sendo admitida sob qualquer hipótese a existência de relação de emprego com o contratante.
- 3.1.8. A contratada deverá prover aos funcionários Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados ao risco existente em cada atividade, portanto necessários à execução dos serviços, inclusive aos fiscais de contrato e profissionais de empresas eventualmente contratadas, designadas para acompanhar o serviço, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamento de Proteção Individuais – EPI e NR-1 – Disposições Gerais.
- 3.1.9. A contratada será responsável por eventual dano que, por dolo ou culpa, seus profissionais causarem a terceiros ou ao contratante. O valor do dano será descontado do primeiro pagamento subsequente à avaliação do prejuízo, mediante formalização de procedimento próprio, assegurada a defesa prévia. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada.
- 3.1.10. Responder, por escrito, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 3.1.11. A contratada deverá comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.
- 3.1.12. A contratada deverá respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.
- 3.1.13. A contratada deverá manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.14. A contratada deverá informar, previamente à execução dos serviços, os nomes dos seus empregados que comparecerão aos locais dos serviços, sob pena de não ser autorizado o acesso às dependências da contratante.
- 3.1.15. Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.2 do Edital e modelo de seu Anexo V), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
- 3.1.15.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

### **3.2. Das obrigações do contratante**

- 3.2.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a execução do contrato, desde que previamente informado.
- 3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.



- 3.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 3.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no presente Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6. Solicitar a substituição/refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Sustentabilidade:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e/ou outros diplomas normativos (IN SLTI/MPOG nº 01/2010, o Decreto nº 7.746/2012, etc)

- 4.1.1. A solução escolhida visará à segurança ambiental, evitando-se ao máximo que haja elementos nocivos ao meio ambiente e ao ser humano;
- 4.1.2. Utilizar produtos, previamente, notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013; RDC ANVISA nº 622/2022.
- 4.1.3. Treinar e capacitar periodicamente as pessoas empregadas em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- 4.1.4. A Contratada deverá ainda ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental e a saúde humana e dos animais domésticos, na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados como material de consumo, e ainda:
  - 4.1.4.1. Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 622/2022, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários não agressivos ao meio ambiente, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores, dos servidores e usuários das instalações do TRE/PR, utilizando no controle de pragas, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a serem combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle

sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal; Todos os produtos a serem aplicados deverão ser registrados e homologados pela ANVISA.

- 4.1.4.2. Utilizar produtos que possuam FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) - selo que contém informações diversas sobre um determinado produto químico, quanto à proteção, à segurança, à saúde e ao meio ambiente.
- 4.1.4.3. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos do artigo 33, I da Lei nº 12.305/2010 e dos artigos 14 a 16 da Resolução Da Diretoria Colegiada - RDC Nº 622, de 9 de março de 2022, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Para comprovação deste procedimento, a contratada deverá apresentar, ao fiscal da contratação, comprovante de recolhimento/descarte.
- 4.1.4.4. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho (quando for o caso) para esse tipo de atividade, ficando por conta da Contratada o fornecimento antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual.
- 4.1.4.5. Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados aos aplicadores, aos fiscais de contrato e profissionais de empresas contratadas designadas para acompanhar o serviço e fiscalizar a sua utilização nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
- 4.1.4.6. Utilizar veículo devidamente identificado na licença sanitária, com compartimento de carga fechado e isolado dos ocupantes, específico para o transporte de equipamentos e produtos desinfestantes utilizados no serviço de controle de vetores e pragas sinantrópicas, com material para contenção a ser usado em caso de acidente ou derramamento de produto, nos termos previstos no artigo 2º da RESOLUÇÃO - SESA Nº 1153/2024, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.
- 4.1.4.7. Utilizar produtos químicos com as seguintes características, o que deverá ser conferido pelo servidor do TRE, por meio de simples leitura às embalagens ou manuais, conforme o caso, antes da aplicação:
  - a) Que não causem manchas;
  - b) Antialérgicos;
  - c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
  - d) Inofensivos à saúde humana;
  - e) Compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;
  - f) Aqueles aplicados nos espelhos d'água, para combate às larvas de moscas, não deverá ser nocivos às plantas e peixes;
  - g) Não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados;
  - h) Utilizar produtos adequados para a desinsetização, valendo-se de técnicas de controle natural quando for possível, por exemplo, emprego dos fungos *Metarhizium anisopliae*, estratégias biológicas no controle de baratas, eficazes, de baixo risco e que proporcionem um efeito duradouro.

4.1.5. Deverá ser observado o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, especialmente o disposto em seu artigo 4º, quanto aos critérios e práticas sustentáveis (Com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017), devendo-se observar:

I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

4.1.6. Empresas especializadas instaladas em outros Estados da Federação deverão observar os requisitos contidos na Resolução SESA n.º 1153/2024, especialmente no que tange ao licenciamento e comprovação de garantia de qualidade

**4.2. Vistoria:** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Contudo, caso haja eventual interesse de vistoria prévia, será assegurado ao interessado o direito de sua realização, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante agendamento prévio com a Seção Administração Predial - SAPRE, através do e-mail [sapre@tre-pr.jus.br](mailto:sapre@tre-pr.jus.br).

4.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.2.2. Para a vistoria, o representante da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.2.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO**

**5.1. Condições de entrega:** O início da prestação dos serviços ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de emissão da ordem de serviço pelo fiscal ou gestor. O prazo para a conclusão dos serviços será de até 3 (três) dias úteis, a partir da data de seu efetivo início, **podendo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela fiscalização, ressalvados os casos fortuitos ou força maior devidamente comprovados.**

**5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:** Além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, será exigida garantia de 6 (seis) meses, quanto aos serviços prestados pela contratada, que deverá providenciar a correção de eventuais vícios, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante, nos termos previstos no previstos no item 6.3.

- 5.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. DO RECEBIMENTO

### 6.1. Do recebimento provisório:

- 6.1.1. Os **serviços** prestados **no interior** serão recebidos, **provisoriamente**, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o final da execução, pelos Chefes de Cartório dos fóruns eleitorais ou seus substitutos, os quais deverão conferir se os serviços executados estão de acordo com a ordem de serviço assinada, através de preenchimento de Instrumento de Medição de Resultado no sistema ContratosGov ou outro que venha a substituí-lo, conforme modelo.
- 6.1.2. Os **serviços** prestados na **capital** serão recebidos, **provisoriamente**, no prazo de até 2 (dois) dias úteis do final da execução, pelo fiscal designado, que fará a análise da conformidade do serviço prestado e o receberá atestando-o provisoriamente, no sistema de controle e gestão de contratos, ContratosGov, ou outro que venha a substituí-lo.
- 6.1.3. O instrumento de medição de resultado (Anexo IV), será preenchido sempre que houver execução dos serviços e estará disponibilizado diretamente no sistema ContratosGov, ou em outro que venha a substituí-lo.
- 6.1.4. Recebido o objeto, se constatadas falhas ou reaparecimento de pragas dentro do período de garantia (6 (seis) meses da aplicação), a contratada deverá providenciar a correção dos vícios apresentados no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do comunicado do TRE-PR, sem quaisquer ônus adicionais ao contratante.
- 6.1.5. Efetivado recebimento provisório dos serviços por parte dos fiscais, será autorizada a emissão da nota fiscal pela Contratada.

### 6.2. Do recebimento definitivo: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal, pela Gestão do Contrato, e/ou seus substitutos.

- 6.2.1. Efetivado o recebimento definitivo, o gestor da contratação atestará a nota fiscal e autorizará o pagamento dos serviços.
- 6.2.2. Caso a nota fiscal não atenda aos requisitos necessários, não será aceita, ficando pendente o atestado pelo gestor da contratação até a emissão do documento regular.

### 6.3. Dos serviços rejeitados: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, os quais deverão ser refeitos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação à contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### 6.4. Forma de pagamento: Conforme minuta do contrato, Anexo VII.

- 6.4.1. Os **serviços sob demanda** (itens 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20 e 21) serão pagos no mês subsequente de sua realização.

6.4.2. Ressalta-se que somente serão pagos os serviços referidos no item anterior efetivamente demandados e executados, considerando que se trata de uma contratação estimada.

6.5. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail [sapre@tre-pr.jus.br](mailto:sapre@tre-pr.jus.br) ou inserido no Sistema próprio - ContratosGov.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.4. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.7. O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.8. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 7.9. O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 7.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **8. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

- 8.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.

- 8.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste Termo, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 8.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Seção Administração Predial - SAPRE, através dos telefones 41 3330-8610 ou 41 3330-8921 ou pelo e-mail: [sapre@tre-pr.jus.br](mailto:sapre@tre-pr.jus.br)